



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE UM TRATOR ROÇADEIRA E MÁQUINAS ROÇADEIRAS MANUAIS, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES PÚBLICAS, LIMPEZA URBANA E ROÇADA DE TERRENOS, MARGENS DE VIAS, PRAÇAS, CANTEIROS, MATAS E DEMAIS ESPAÇOS SOB RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO.

ITEM	DESCRIPTIVO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.
1	Trator Cortador de Grama Husqvarna a Gasolina TS 219TFm Motor: Husqvarna HV 764E, 764 cm ³ , 2 cilindros Potência: 26,3 HP (~19,6 kW) Transmissão: Hidrostática (Tuff Torq) Velocidade máxima (frente): Até ~8,4 – 8,9 km/h Velocidade máxima (ré): Até ~4 km/h Largura de corte: 122 cm (48") Altura de corte: 25 – 105 mm (10 posições) Tanque de combustível: 13 L Produtividade média: Aproximadamente 6.150 m ² /h Área recomendada: Até 40.000 m ² Peso aproximado: Entre 263 kg e 290 kg Raio de giro: Cerca de 45,7 cm Pneus Dianteiros: 15×6-6" / Traseiros: 20×10-8"	UNIDADE	1
2	Roçadeira MANUAL HUSQVARNA 143rs 41,5cc Motor Deslocamento do cilindro 41.5 cm ³ Potência 1.6 kW Torque, max. at rpm 5000 rpm Torque, max. 2.25 Nm Velocidade máxima de potência 7000 rpm Velocidade de marcha lenta 2500 rpm Volume do tanque de combustível 0.94 l Rpm máximo no eixo de saída 8570 rpm Vela de ignição NGK BPM7A Dimensões Diâmetro do tubo 28 mm Peso (sem equipamento de corte) 7.3 kg	UNIDADE	2

1.2 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.





1.3 A marca é do fabricante HUSQVARNA com 1 anos de garantia.

1.3.1 JUSTIFICATIVA DE ESCOLHA DA MARCA HUSQVARNA POR MOTIVO DE PADRONIZAÇÃO

13.1.1 A presente justificativa tem por finalidade fundamentar a indicação da marca Husqvarna nos equipamentos a serem adquiridos por meio do presente processo licitatório, com base no princípio da padronização, conforme previsto na legislação vigente.

13.1.2 O Município já possui, em seu parque de máquinas e equipamentos, diversos equipamentos da referida marca, os quais vêm sendo utilizados de forma contínua e satisfatória pelas equipes operacionais. Tal circunstância demonstra a eficiência, durabilidade, confiabilidade e adequação técnica dos equipamentos às demandas dos serviços públicos executados.

A padronização da marca apresenta as seguintes vantagens técnicas e administrativas:

Compatibilidade e intercambialidade de peças e acessórios, reduzindo a necessidade de manutenção de múltiplos estoques de reposição;

Otimização dos custos de manutenção, considerando que a equipe técnica já possui capacitação e experiência na manutenção de equipamentos da marca;

Racionalização do treinamento dos servidores, evitando novos custos com capacitação para operação de equipamentos de marcas distintas;

Maior eficiência operacional, em razão da familiaridade dos operadores com os equipamentos;

Redução do tempo de parada para manutenção, em virtude da disponibilidade de peças e da expertise já consolidada.

A adoção da marca não tem por objetivo restringir indevidamente a competitividade, mas sim atender ao interesse público, garantindo economicidade, eficiência e continuidade dos serviços prestados à população, em consonância com os princípios da administração pública.

Destaca-se que a padronização encontra respaldo no princípio da eficiência e na busca pela melhor relação custo-benefício para a Administração, desde que devidamente motivada, como no presente caso.

Diante do exposto, justifica-se tecnicamente a indicação da marca Husqvarna, considerando a padronização já existente no Município, a comprovada qualidade dos equipamentos e a vantajosidade administrativa decorrente dessa escolha.

1.4 Os interessados no objeto deverão acessar o Portal de Compras do Município através do link <http://45.177.240.75:8079/comprasedital/>

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS - 24/02/2026 ÀS 17:00

FIM DO RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS - 27/02/2026 ÀS 23:59

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Atender à necessidade de manutenção das áreas públicas e prevenção de acidentes e agravos à saúde (mosquitos, animais peçonhentos, focos de dengue, etc.).

Substituir ou complementar equipamentos antigos e ineficientes.





Reduzir custos com serviços terceirizados e aumentar a capacidade operacional da prefeitura.

Garantir maior segurança e eficiência nos serviços de roçada em terrenos públicos.

2.2 Tendo em vista que a diretora de coordenadoria municipal já analisou a real necessidade da contratação e sua viabilidade, dispensou-se o Estudo Técnico Preliminar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A aquisição de um trator roçadeira e roçadeiras manuais representa solução técnica adequada, economicamente viável e operacionalmente eficiente para garantir a manutenção contínua e adequada das áreas verdes municipais, atendendo ao interesse público e promovendo a qualidade de vida da população.

Equipamento de maior porte, destinado a roçagem de áreas amplas, como:

- Campos de futebol;
- Grandes terrenos públicos;
- Áreas institucionais;
- Lotes urbanos de grande extensão.

O trator roçadeira proporcionará:

- Maior produtividade;
- Redução do tempo de execução dos serviços;
- Economia de mão de obra;
- Melhor acabamento e padronização da limpeza.

Roçadeiras manuais motorizadas, equipamentos portáteis destinados à manutenção de:

- Praças;
- Canteiros centrais;
- Áreas com obstáculos;
- Locais de difícil acesso para máquinas de grande porte.

Essas roçadeiras permitirão maior precisão e acabamento, além de complementar o serviço realizado pelo trator.

Resultados Esperados

Com a aquisição dos equipamentos, espera-se:

- Maior agilidade na execução dos serviços;
- Redução de custos com contratações terceirizadas;
- Melhoria na conservação dos espaços públicos;
- Aumento da segurança e bem-estar da população;





- Melhoria do aspecto urbanístico do município.

4. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Não se aplica.

5. DO REAJUSTE E DA CORREÇÃO MONETÁRIA POR ATRASO DE PAGAMENTO:

- 5.1. A correção monetária por eventual atraso de pagamento fica condicionada a legislação governamental autorizadora e celebração de aditamento contratual.
- 5.2. O reajuste previsto no artigo 92, § 3º, da Lei 14.133/21, dar-se por meio da INPC.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. São obrigações da **CONTRATANTE**:
 - 6.1.1. Verificar minuciosamente, o prazo fixado, a conformidade dos itens provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - 6.1.2. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, através de notificação;
 - 6.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de responsável pelo setor requisitante;
 - 6.1.4. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência e seus anexos;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do serviço e ainda:
- 7.2. Entregar os itens em perfeitas condições, conforme especificações e prazo constantes do termo de referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao prazo de garantia.
- 7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.4. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.





9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Ficam DESIGNADOS para exercerem as funções de GESTOR Senhor LUIZ HELI BARBOSA – Chefe Divisão e FISCAL o Senhor EDSON ALVES DE MATOS – Chefe Divisão, da contratação pretendida, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

10. DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado em até 30 (TRINTA) DIAS após a entrega dos itens e apresentação da Nota Fiscal, acompanhado da Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS, regularidade junto ao FGTS e, caso possua sede no Município de Paulo de Faria – SP, apresentar também a Certidão Negativa da Dívida Ativa perante o Município, acompanhado da Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS, regularidade junto ao FGTS e, caso possua sede no município de Paulo de Faria – SP, apresentar também a Certidão Negativa da Dívida Ativa perante o Município.

11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11.2 Prazo de Execução: O prazo para entrega será de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da emissão do pedido de compras.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei N.º 14.133, de 2021, em seu art. 155, a contratada que:

12.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE
PAULO DE FARIA**
Estado de São Paulo
CNPJ: 46.160.186/0001-22



- 12.1.9.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.1.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei N.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2.** A contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 12.2.1** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a contratante pelos prejuízos causados;
- 12.2.2.** Impedimento de licitar e contratar com a união com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 12.2.3.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a administração, pelo prazo de até dois anos;
- 12.2.4.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 12.2.5.** Multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 12.2.6.** Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 12.2.7.** Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a contratante;
- 12.3.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no artigo 160 da Lei N.º 14.133/2021.
- 12.4.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 12.5.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação estão asseguradas no orçamento vigente de 2026, sob a seguinte classificação:

Ficha N.º 262

15.451.0019.2039.0000 - 4.4.90.52.00,

SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA



Rua XV de Novembro, 790 - Centro
CEP - 15.490-000 Paulo de Faria-SP



Fone:
(17) 3802-9200



14. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

14.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

14.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

14.3. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

14.3.1. Valor Médio;

14.3.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

14.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço unitário.

14.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

15.1 Nos termos dos artigos 18, inciso VI, e 24 da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública pode optar pela manutenção do sigilo do orçamento estimado da contratação, desde que justificado, especialmente com o objetivo de resguardar o interesse público e garantir a obtenção de propostas mais vantajosas, considerando o caráter técnico e especializado da contratação, e com vistas a evitar que o conhecimento prévio dos valores estimados comprometa a competitividade ou influencie artificialmente as propostas apresentadas, a Administração optou pela **manutenção do sigilo do orçamento estimado até a conclusão do procedimento**, conforme autorizado:

- Pelo art. 18, inciso VI, que permite a inclusão da estimativa do valor da contratação em anexo classificado, quando a Administração optar por preservar seu sigilo até a conclusão da licitação;
- Pelo art. 24, que autoriza o caráter sigiloso do orçamento estimado, desde que devidamente justificado, o que se aplica à presente contratação, **sem prejuízo da divulgação dos quantitativos e demais informações técnicas necessárias à elaboração das propostas pelos interessados.**

Esta medida visa garantir que a disputa ocorra em condições equitativas e que as propostas apresentadas reflitam efetivamente a realidade de mercado, assegurando à Administração a obtenção da melhor proposta sob os aspectos técnico e financeiro.

Dessa forma, a **preservação do sigilo do orçamento estimado nesta fase do processo está alinhada com os princípios da isonomia, da eficiência e da busca pela proposta mais vantajosa**, conforme preconiza a legislação vigente.

15.2. Os quantitativos previstos no termo de referência são quantitativos máximos de referência, sendo que não há vedação a quantitativos mínimos nas atas de registros de preços.

16. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei N.º 14.133/21).

16.1. Sustentabilidade

16.2. O objeto deste certame não se enquadra na listagem citada no guia nacional de licitações sustentáveis da AGU/2016.





17 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

17.1 Conforme previsão no artigo 62 da Lei nº 14.133/21, as exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade do objeto, conforme disciplinado no termo de referência.

D) HABILITAÇÃO JURÍDICA

Registro comercial, no caso de empresa individual;

- a) Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus termos aditivos ou última alteração contratual devidamente consolidada do documento de eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas;
- b) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b”, deste subitem;
- c) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.
- d) Documento de identificação de **TODOS** os sócios;
- e) Tratando-se de **Procurador**: Instrumento público de procuração ou instrumento particular com assinatura do representante legal, do qual constem poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame; sujeitos, no que couber, aos termos do art. 3º da lei 13.726/18;

II) REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (inclusive da Dívida Ativa da União), conjuntamente com a Prova de regularidade perante o INSS, conforme Portaria MF Nº 358 de 05 de setembro de 2014;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal expedida pela Procuradoria da Dívida Ativa (e-CRDA) e débitos não inscritos na Dívida Ativa, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da empresa, referente aos tributos mobiliários.
- e) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- f) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e ou Municipal, relativo à sede da licitante pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943”.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE
PAULO DE FARIA**
Estado de São Paulo
CNPJ: 46.160.186/0001-22



h) A prova de regularidade poderá se dar mediante a apresentação de certidão positiva com efeitos de negativa, ou ainda por meio da apresentação de declaração de isenção ou de não incidência, se for o caso.

III) DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- a) Proposta em papel timbrado, assinada e com CNPJ, conforme **ANEXO I**;
- b) Declarações unificada, **ANEXO II**;
- c) Minuta Contrato, **Anexo III**;

IV) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência, concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, a no máximo 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de emissão do documento, excetuando datas de vigência diversa que conste no aludido documento.
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais; na forma da lei, devidamente assinado pelo contador responsável e respectiva certidão de regularidade profissional, comprovado através de publicação ou devidamente arquivado em seus órgãos de competência, que comprovem a boa situação financeira da empresa, com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o objeto licitado.
- c) Na habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigido da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial.
- d) O Microempreendedor Individual (MEI) com base no art. 68 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 é considerado pequeno empresário, pelo qual faz jus a dispensa de apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis em observância ao §2º do art. 1.179, do Código Civil

V) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

O Licitante deverá apresentar no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica compatível ao objeto da licitação, emitido por pessoa física e/ou jurídica de direito público ou privado, demonstrando que a licitante já prestou satisfatoriamente serviço pertinente e compatível com o licitado;

Os atestados deverão ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade responsável pelo contrato e identificação do cargo do signatário. Não é necessário o reconhecimento de firma. - Os atestados de Capacidade Técnica, para serem considerados válidos, devem conter no mínimo: descrição do objeto, que deve ser igual ou conter o objeto ora licitado, devem ainda conter assinatura do subscritor, bem como respectivo CPF e CNPJ, bem como número de contrato, prazo de vigência do mesmo, e contato telefônico e/ou e-mail para eventuais certificações;

17.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no termo de referência.

17.3 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao termo de referência.



Rua XV de Novembro, 790 - Centro
CEP - 15.490-000 Paulo de Faria-SP



Fone:
(17) 3802-9200



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
PAULO DE FARIA**
Estado de São Paulo
CNPJ: 46.160.186/0001-22



GOVERNO MUNICIPAL

Paulo de Faria

Um governo **MMAO** para **MANY** tempos! ADM. 2025/2028

17.5 O critério de julgamento da proposta é o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

17.6 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no termo de referência.

18. APLICAÇÃO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, VIDE ARTIGO 2, § 2 DA LEI N.º 14.133/2021.

18.1. Conforme enquadramento nos termos da Lei N.º 14.133/2021 acima mencionado, nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

Município de Paulo de Faria - SP, 15 de fevereiro 2026.

LUIZ HELI BARBOSA

Chefe de Divisão (Manutenção Conservação de Praças, jardins e Vias Urbanas)



Rua XV de Novembro, 790 - Centro
CEP - 15.490-000 Paulo de Faria-SP



Fone:
(17) 3802-9200



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PAULO DE FARIA
Estado de São Paulo
CNPJ: 46.160.186/0001-22



ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL ESCRITA

(Papel Preferencialmente Timbrado da Empresa Licitante)

DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 004/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 012/2026
À (ÓRGÃO CONTRATANTE)

Proponente:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP:

Telefone:

CNPJ:

Inscr. Estadual:

LOTE 1						
ITEM	DESCRIPTIVO	UNIDADE DE MEDIDA	MARCA - MODELO	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Trator Cortador de Grama Husqvarna a Gasolina TS 219TFm Motor: Husqvarna HV 764E, 764 cm ³ , 2 cilindros Potência: 26,3 HP (~19,6 kW) Transmissão: Hidrostática (Tuff Torq) Velocidade máxima (frente): Até ~8,4 – 8,9 km/h Velocidade máxima (ré): Até ~4 km/h Largura de corte: 122 cm (48") Altura de corte: 25 – 105 mm (10 posições) Tanque de combustível: 13 L Produtividade média: Aproximadamente 6.150 m ² /h Área recomendada: Até 40.000 m ² Peso aproximado: Entre 263 kg e 290 kg Raio de giro: Cerca de 45,7 cm Pneus Dianteiros: 15x6-6" / Traseiros: 20x10-8"	UNIDADE		1	R\$...	r\$...



Rua XV de Novembro, 790 - Centro
CEP - 15.490-000 Paulo de Faria-SP



Fone:
(17) 3802-9200



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PAULO DE FARIA
Estado de São Paulo
CNPJ: 46.160.186/0001-22



GOVERNO MUNICIPAL

Paulo de Faria

Um governo **MAIS** para **MAIS** tempos! ADM. 2020/2022

2	Roçadeira MANUAL Husqvarna 143rs 41,5cc Motor Deslocamento do cilindro 41.5 cm ³ Potência 1.6 kW Torque, max. at rpm 5000 rpm Torque, max. 2.25 Nm Velocidade máxima de potência 7000 rpm Velocidade de marcha lenta 2500 rpm Volume do tanque de combustível 0.94 l Rpm máximo no eixo de saída 8570 rpm Vela de ignição NGK BPM7A Dimensões Diâmetro do tubo 28 mm Peso (sem equipamento de corte) 7.3 kg	UNIDADE	2	R\$...	
---	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------	---	--------	--

Objeto: REFERE-SE À AQUISIÇÃO DE UM TRATOR ROÇADEIRA E MÁQUINAS ROÇADEIRAS MANUAIS, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES PÚBLICAS, LIMPEZA URBANA E ROÇADA DE TERRENOS, MARGENS DE VIAS, PRAÇAS, CANTEIROS, MATAS E DEMAIS ESPAÇOS SOB RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS DA PROPOSTA

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo de entrega do objeto:

Banco:

Agência:

Conta:

Contato:

Fone:

E-mail:

Declaração: Os preços mantidos na proposta escrita e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances, estão incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, de transporte, entrega (frete) e outros de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita contratação do objeto da licitação.

Propomos atender, sob nossa integral responsabilidade, os requisitos do objeto do presente termo de referência, de acordo com os prazos e as especificações constantes do respectivo Termo de referência e seus Anexos.



Rua XV de Novembro, 790 - Centro
CEP - 15.490-000 Paulo de Faria-SP



Fone:
(17) 3802-9200



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
PAULO DE FARIA**
Estado de São Paulo
CNPJ: 46.160.186/0001-22



GOVERNO MUNICIPAL
Paulo de Faria
Um governo *MAIO* para *MAIOS* tempos! ADM. 2025/2028

Declaramos aceitar, irrestritamente, todas as condições estabelecidas no Termo de referência da licitação em referência e, em seus anexos, e que inexistem qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com servidor ou dirigente da (ÓRGÃO CONTRATANTE)

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

CIDADE/ESTADO, de de 2026.

(Assinatura do representante legal do licitante, no âmbito da licitação,
com identificação completa)



Rua XV de Novembro, 790 - Centro
CEP - 15.490-000 Paulo de Faria-SP



Fone:
(17) 3802-9200



ANEXO II
DISPENSA ELETRÔNICO N.º 004/2026
DECLARAÇÃO UNIFICADA

(nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada à (endereço completo), por seu representante legal infra-assinado, DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação no DISPENSA ELETRÔNICO N.º 004/2026, instaurado pela Prefeitura Municipal de PAULO DE FARIA-SP, que:

1. Não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

1. Assinatura _____

2. Até a presente data, inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação no presente processo licitatório, estando cientes da obrigatoriedade de declarar eventuais ocorrências supervenientes.

2. Assinatura _____

3. Não possuímos, em nosso quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos. (Se houver aprendizes menores de 16 anos, declarar expressamente tal condição.)

3. Assinatura _____

3.1 Possuo no quadro de pessoal aprendizes menores de 16 anos

3.1 Assinatura _____

4. (Se for o caso) Declaramos que a empresa é enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar 123/2006.

4. Sou ME ou EPP. Assinatura _____

5. Tomamos conhecimento do edital e de todas as condições de participação na licitação, comprometendo-nos a cumprir todos os seus termos, fornecendo serviço/produto de qualidade, sob as penas da lei.

5. Assinatura _____

6. Cumprimos com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6. Assinatura _____





**PREFEITURA MUNICIPAL DE
PAULO DE FARIA**
Estado de São Paulo
CNPJ: 45.150.166/0001-22



GOVERNO MUNICIPAL
Paulo de Faria
Um governo *AMOR* para *AMANHÃ* tempos! ANM. 2025/0218

7. As propostas econômicas apresentadas abrangem a integralidade dos custos necessários para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, normas infralegais, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7. Assinatura _____

8. Não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da administração municipal de Paulo de Faria - SP.

8. Assinatura _____

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

(local e data)

(nome e número da carteira de identidade do declarante)

(assinatura e carimbo da empresa)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



Rua XV de Novembro, 790 - Centro
CEP - 15.490-000 Paulo de Faria-SP



Fone:
(17) 3802-9200



ANEXO III
MINUTA DE CONTRATO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 004/2026

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE PAULO DE FARIA E DE OUTRO A EMPRESA _____ PARA AQUISIÇÃO DE UM TRATOR ROÇADEIRA E MÁQUINAS ROÇADEIRAS MANUAIS, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES PÚBLICAS, LIMPEZA URBANA E ROÇADA DE TERRENOS, MARGENS DE VIAS, PRAÇAS, CANTEIROS, MATAS E DEMAIS ESPAÇOS SOB RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO;

Pelo presente instrumento de contrato, celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE PAULO DE FARIA**, com sede à Rua XV de Novembro, nº 790, Centro, CEP. 15.490-000, na cidade de Paulo de Faria - SP, inscrita no CNPJ. sob o nº 45.150.166/0001-22, representada neste ato pelo Senhor Prefeito DIRCEU CASSIA FILHO, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa _____, com sede em _____, inscrita no CNPJ/MF nº. _____ - __, neste ato representada por seu administrador, senhor _____, doravante simplesmente denominada **CONTRATADA**, têm, entre si, justo e avençado o presente contrato, com inteira sujeição a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto 2247/2024, vinculando-se ao despacho Administrativo do Sr. Prefeito Municipal e da proposta vencedora obtida na licitação realizada na modalidade de **Dispensa Eletrônica nº 004/2026**, do **Processo nº. 012/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enumeradas, que aceitam e se comprometem a cumprir:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

1.1. OBJETO: REFERE-SE À AQUISIÇÃO DE UM TRATOR ROÇADEIRA E MÁQUINAS ROÇADEIRAS MANUAIS, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES PÚBLICAS, LIMPEZA URBANA E ROÇADA DE TERRENOS, MARGENS DE VIAS, PRAÇAS, CANTEIROS, MATAS E DEMAIS ESPAÇOS SOB RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO;

CLÁUSULA SEGUNDA: OBRIGAÇÕES E CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO:

2.1- Compete a **CONTRATANTE**, além das disposições contidas no Termo de referência:

2.1.1.- A **CONTRATANTE** obriga-se a empenhar, quando da contratação, os recursos orçamentários necessários ao pagamento, observadas as previsões estabelecidas, e pagar a(s) nota(s) fiscal(ais) emitida(s).

2.1.2. – A **CONTRATANTE** acompanhará e Fiscalizará o fornecimento do objeto referente a este contrato através do diretor de coordenadoria.

2.2 - Compete a **CONTRATADA**, além das disposições contidas no Termo de referência:

2.2.1. - A **CONTRATADA** se obriga a iniciar a fornecer o item no prazo de 30 dias, a contar da data de assinatura do contrato.





2.2.2.- A **CONTRATADA** responderá civil e criminalmente por todos os danos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a **CONTRATANTE** e/ou para terceiros, devendo executar o objeto deste contrato de acordo com os termos pactuados, em estrita obediência à legislação vigente.

2.2.3.- Fica a **CONTRATADA** responsável por todos os custos diretos e indiretos relativos ao fornecimento, objeto a este contrato, inclusive despesas com transportes, fretes, mão-de-obra, remunerações, bem como todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos e encargos decorrentes, ou que venham a ser devidos em razão da avença.

2.2.4.- Fica a **CONTRATADA** obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.2.5 - O contratado deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz

CLÁUSULA TERCEIRA: VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRAZOS DE INÍCIO DE FORNECIMENTO E DE EXECUÇÃO:

3.1.- O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. – O fornecimento do objeto referente a este contrato dará início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA: VALOR DO CONTRATO:

4.1 - O preço total do presente contrato é de R\$ _____ (____), no qual se inclui todos os tributos, diretos ou indiretos, sobre a execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA: CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO:

5.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (TRINTA) DIAS após a entrega dos itens e apresentação da Nota Fiscal, acompanhado da Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS, regularidade junto ao FGTS e, caso possua sede no Município de Paulo de Faria – SP, apresentar também a Certidão Negativa da Dívida Ativa perante o Município, acompanhado da Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS, regularidade junto ao FGTS e, caso possua sede no município de Paulo de Faria – SP, apresentar também a Certidão Negativa da Dívida Ativa perante o Município.

5.2.- Em caso de irregularidade(s) na entrega do objeto referente a licitação e/ou na documentação fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondentes(s) regularização(ões).

CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE E DA CORREÇÃO MONETÁRIA POR ATRASO DE PAGAMENTO:

6.1 - A correção monetária por eventual atraso de pagamento fica condicionada a legislação governamental autorizadora e celebração de aditamento contratual.

6.2 – O reajuste previsto no artigo 92, § 3º, da Lei 14.133/21, dar-se por meio da INPC.





CLÁUSULA SÉTIMA: RECURSOS:

7.1. Os recursos orçamentários serão atendidos pelas seguintes verbas, constantes do orçamento vigente assim codificada:

CLÁUSULA OITAVA: PENALIDADES:

8.1 - A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes multas, sem prejuízo do ressarcimento de eventuais danos causados à CONTRATANTE ou terceiros:

a) Multa moratória de 0,5% (meio por cento) sobre o preço total contratado, por dia de atraso injustificado na entrega do objeto, até o limite de 10% quando será declarada a rescisão unilateral do contrato por culpa da CONTRATADA.

b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o preço total do contrato por qualquer causa de rescisão em que o motivo pode ser atribuído à contratada, hipóteses previstas no artigo 137, incisos I a IX, da Lei nº 14.133/21, garantido a ampla defesa e o contraditório.

c) Ocorrendo a rescisão por culpa da Contratada, sem prejuízo da multa prevista neste contrato e concomitante com esta, serão aplicadas, as seguintes sanções, conforme o caso, igualmente garantida a ampla defesa e o contraditório:

1) Advindo e demonstrado prejuízo à Contratante, impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Paulo de Faria, por 05 (cinco) anos;

2) Comprovada a ocorrência de infrações contra os princípios da Administração Pública, dolo, fraude ou qualquer outro comportamento criminoso, declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, devendo de a decisão constar as condições de reabilitação.

CLÁUSULA NONA: RESCISÃO:

9.1 - O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses arroladas nos artigos 137 e 138, da Lei Federal nº. 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA: DIREITOS DA CONTRATANTE:

10.1 - Ficam reconhecidos os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 104, IV, da Lei Federal nº. 14.133/21, e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS ANEXOS:

11 - Fazem partes integrantes deste contrato, a proposta da CONTRATADA, assim como os anexos da **Dispensa Eletrônica nº 004/2026**, estando a estes atos vinculados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS

12.1 – Os casos de extinção estão previstos nos artigos 137, 138 e 139 da Lei 14.133/21.





CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/21, responde a responsável pelo setor requisitante, GESTOR da contratação pretendida, o _____, e fiscalizado pelo _____, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS CASOS OMISSOS:

14.1 - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, em caso de omissão, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, de acordo o artigo 89, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: FORO:

15.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Paulo de Faria, para dirimir quaisquer pendências oriundas deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e avançadas, as partes contratantes assinam instrumento em 03 (três) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas, para os devidos fins de direito.

Prefeitura Municipal de Paulo de Faria, ----- de ----- de 20-----

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO DE FARIA

CONTRATADA:

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG





**ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO DE FARIA-SP

CONTRATADA: _____

CNPJ nº. _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: Aquisição de _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e conseqüente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____





PREFEITURA MUNICIPAL DE
PAULO DE FARIA
Estado de São Paulo
CNPJ: 46.160.186/0001-22



GOVERNO MUNICIPAL
Paulo de Faria
Um governo *MAIS* para *MAIS* tempos! AMB. 2025/2028

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: Representante Legal

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADORES DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO ATA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



Rua XV de Novembro, 790 - Centro
CEP - 15.490-000 Paulo de Faria-SP



Fone:
(17) 3802-9200



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
PAULO DE FARIA**
Estado de São Paulo
CNPJ: 46.160.166/0001-22



GOVERNO MUNICIPAL
Paulo de Faria
Um governo *MAIS* para *MAIS* tempos! AMM. 2025/2028

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: FISCAL DO CONTRATO

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)

Prefeitura Municipal de Paulo de Faria/SP, _____ de _____ de 2026.



Rua XV de Novembro, 790 - Centro
CEP - 15.490-000 Paulo de Faria-SP



Fone:
(17) 3802-9200